



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 003/2024

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA, ATRAVÉS DE PREGOEIRO, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO ITEM, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133, DE 01 DE ABRIL DE 2021, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 E ALTERAÇÕES E AS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica www.bnc.org.br. O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela equipe de elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

ÓRGÃOS INTERESSADOS: CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA

DATA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO EDITAL: 28/11/2024

DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS: 03/12/2024 às 08h:59min

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA: 03/12/2024 às 09h:00min

LOCAL: BOLSA NACIONAL DE COMPRAS no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/>

MODO DE DISPUTA: ABERTO

1. DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de Higiene e Limpeza em geral, e utensílios domésticos, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Piracanjuba, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos

1.2. A licitação será dividida em LOTES, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o Menor Preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Câmara Municipal de Piracanjuba, para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

11.01.01.031.0107.2102 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal Ficha: 11

Elemento de despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Sub-Elemento: 21 – Material de copa e cozinha;

Sub-Elemento: 22 – Material de limpeza e produção de higienização

Sub-Elemento: 07 – Gêneros Alimentícios;

Sub-Elemento: 04 – Gas engarrafado

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral na BOLSA NACIONAL DE COMPRAS que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2. O cadastro deverá ser feito na plataforma BOLSA NACIONAL DE COMPRAS no endereço eletrônico <https://bnc.org.br/>

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no endereço <https://bnc.org.br/> e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1.A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular na plataforma BOLSA NACIONAL DE COMPRAS.



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. **NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO OS INTERESSADOS:**

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.4. **COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:**

4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.4.1.3. As microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente gozam de prioridade de contratação, nos termos do § 3º do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, benefício que se estabelece em face das peculiaridades locais e regionais, com vistas a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

4.4.1.3.1. Entende-se por empresas sediadas localmente aquelas que estejam localizadas em Piracanjuba, Goiás, e empresas regionais aquelas situadas no Sul Goiano, conforme divisão da Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás.

4.4.2. Que conhece todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação, e que a proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

4.4.3. Que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

4.4.4. Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.4.5. Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

4.4.6. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.7. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.8. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

4.4.9. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerão por meio de chave de acesso e senha.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.3. Os documentos de habilitação exigidos no edital serão encaminhados apenas pelo licitante vencedor, nos termos do art. 63, inciso II da Lei n.º 14.133/2021.

5.3.1. O licitante vencedor deverá enviar os documentos de habilitação no prazo de máximo de 2 (duas) horas, após a solicitação do pregoeiro, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances e o envio dos documentos respectivamente.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1. O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA MEDIANTE O PREENCHIMENTO, NO SISTEMA ELETRÔNICO, DOS SEGUINTE CAMPOS:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

6.1.2. Marca de cada item ofertado;

6.1.3. Fabricante do item ofertado;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (SESSENTA) dias, a contar da data de sua apresentação.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que:



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

7.2.1. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

7.2.2. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo) no tempo mínimo de 1 (um) segundo.

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”.

7.11. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro.



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

7.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no endereço <https://bnc.org.br/>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

7.18. Havendo proposta ou lances, conforme o caso, de microempresas ou empresa de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, com intervalo de até 10% (dez por cento) superiores à licitante melhor classificada no certame, serão essas consideradas empatadas, com direito de preferência pela ordem de classificação, nos termos § 3º, do Art. 48, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, para oferecer proposta.

7.18.1. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte sediadas local ou regionalmente.

7.19. Não havendo microempresas ou empresa de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20. A melhor classificada nos termos do item 7.22 ou do 7.23, quando não havendo microempresas ou empresa de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, as propostas serão reclassificadas para verificação do enquadramento no item 7.22 ou do 7.23, quando não havendo microempresas ou empresa de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

7.22. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.23. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.24. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.25. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei n.º 14.133, de 2021, na seguinte ordem:

- 1) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 2) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 3) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 4) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.25.1. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- 1) empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 2) empresas brasileiras;
- 3) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 4) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.26. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.27.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

7.27.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.1.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.2. A Administração poderá realizar diligências, de ofício ou por provocação de interessado, para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no artigo 59, § 2º da Lei 14.133/2021.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, VINTE E QUATRO HORAS DE ANTECEDÊNCIA, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 5 (cinco) dias úteis, contados da solicitação.



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

8.5.3.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.5.3.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.5.3.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.5.3.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.5.3.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

8.5.3.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (DEZ) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

8.5.3.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

8.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO.

9.1. O licitante vencedor deverá enviar os documentos de habilitação no prazo de máximo de 2 (duas) horas, após a solicitação do pregoeiro, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.1.1. Para todos os efeitos o não envio da documentação de habilitação no prazo mencionado no item 9.1 será considerado inexecução total do contrato.

9.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.3. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O PREGOEIRO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:

9.3.1. Possuir Cadastro na plataforma Bolsa Nacional de Compras, no endereço <https://bnc.org.br/>;

9.3.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.3.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.3.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

9.3.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.3.5.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.3.5.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.3.5.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

9.3.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.3.7. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do Bolsa Nacional de Compras, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

9.4.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do endereço <https://bnc.org.br/>, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.4.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

9.8.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

9.9.1. A regularidade fiscal deverá ser verificada e emitida pelo Pregoeiro, sendo dispensado o envio deste pelo licitante vencedor. A regularidade fiscal será comprovada pelos seguintes documentos:

9.9.1.1. CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.1.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.1.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa junto aos Estado em que o licitante é domiciliado.

9.9.1.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais.

9.9.2. Caso o Pregoeiro não consiga emitir alguma das comprovações deverá comunicar a licitante para que este envie a comprovação no prazo de 2 (duas) horas. O documento faltante enviado pelo licitante deverá ter o seu conteúdo validado pelo Pregoeiro.



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

9.10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.10.1. Certidão Negativa sobre falências, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

9.10.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. A licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo simples nacional poderá substituir o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis pelo Extrato do Simples Nacional do mês de apuração antecessor ao mês anterior da data de abertura do certame (mês de abertura do certame – 2 meses);

9.10.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, o balanço patrimonial e os demonstrativos contábeis serão substituídos pelo balanço de abertura;

9.10.2.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.10.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada pela apresentação de declaração, emitida por contador devidamente habilitado, devendo ser acostadas a Certidão de Regularidade Profissional na declaração, de que a empresa obtém de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante

Passivo Circulante



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

9.11.1. A qualificação técnica será verificada pela compatibilidade do objeto social do licitante com o objeto deste edital.

9.11.2. No caso de produto que tem a sua comercialização regulamentada pela Agência Nacional do Petróleo deverá ser apresentado a Autorização da Agência Nacional de Petróleo (ANP), na forma da Resolução nº 2 de 14/01/2005/ANP.

9.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.12.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, esta será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.14. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.18. O Pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

9.19. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. Os descontos ofertados nos lances verbais deverão ser lineares - relação a proposta original - a todos os itens do lote, sendo passível a variável de até 0,5 % (meio por cento) entre os valores dos itens para adequação das propostas.

10.3. No mesmo prazo do item 10.1, o licitante deverá realizar o ajuste da proposta no sítio da Bolsa Nacional de Compras endereço <https://bnc.org.br/>, sob pena de desclassificação. Havendo dúvidas sobre o ajuste as licitantes deverão entrar em contato com o suporte da plataforma.

10.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.4.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.5. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.5.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

10.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer em campo próprio do sistema.

11.1.1. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a preclusão desse direito.

11.1.2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.1.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.2. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.3. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no sítio Bolsa Nacional de Compras, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (CINCO) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (CINCO) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

15.2.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições do art. 95 da Lei n.º 14.133, de 2021;

15.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no art. 137, nas formas prevista em seu art. 138, tendo os seus efeitos, quando unilateral, estipulados no art. 139, todos da Lei 14.133, de 2021.

15.4. O prazo de vigência da contratação se encerra em 12 meses e poderá ser prorrogado conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

15.5. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.5.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

15.8. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante, quando for o caso.

15.10. A regra do item anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do item 15.8.

15.11. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Nos termos do art. 117, da Lei n.º 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

17.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

17.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17.4. Da entrega e critério de aceitação do objeto:

17.4.1. O prazo de entrega dos bens é deverá ser de 24 (vinte e quatro) horas, ou diante de justificativas, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas de, contados do recebimento da nota de empenho/fornecimento, em remessa única ou parcelada, a ser definida pela Câmara Municipal de Piracanjuba.

17.4.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas prevista neste Termo de Referência.

17.4.3. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. São obrigações da Contratante:

18.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

18.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

18.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

18.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

18.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

18.1.6. Responder, no prazo de 15 (quinze) dias os pedidos de repactuação de preços e restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

18.1.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18.2 São obrigações da contratada:

18.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

18.2.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

18.2.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

18.2.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

18.2.1.4. Comunicar, imediatamente após tomarem conhecimento, à Contratante os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

18.2.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

18.2.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será realizado em até 10(dez) dias úteis, após recebimento da Nota Fiscal ou Fatura devidamente atestada, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

19.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

19.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

19.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

19.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

19.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado, a critério da contratante.



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

19.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

19.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

19.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, que será calculada pro rata die sobre INPC.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.2.1. A sanção prevista no inciso I deste será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do item 20.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

20.2.2. O atraso injustificado ou retardamento na entrega do objeto deste certame sujeitará a contratada, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) do valor, que tem como base o valor total da solicitação/ordem de fornecimento.

20.2.3. Após 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso na entrega do objeto será considerado inexecução, total quando for a primeira entrega ou parcial a partir da segunda entrega.

20.2.4. Nos casos de cometimento das infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 20.1, será aplicada multa de 10% sobre o valor de referência do item/lote.

20.2.5. Nos casos de cometimento das infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 20.1, será aplicada multa de 15% sobre o valor de referência do item/lote.

20.2.6. Será aplicada sanção de impedimento de licitar e contratar na hipótese de cometimento das infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 20.1.

20.2.7. Será aplicada sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar na hipótese de cometimento das infrações previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 20.1.

20.2.8. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Câmara Municipal de Piracanjuba, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com as multas previstas.

20.2.9. Em caso de reincidência, a multa poderá ser aplicada em dobro, respeitando o limite máximo de 30% (trinta por cento).

20.2.10. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 20.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

20.2.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando for o caso, ou será cobrada judicialmente.

20.2.12. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

20.2.13. As sanções serão processadas de acordo com a Lei 14.133/2021.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital, por irregularidade na aplicação da Lei 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

21.2. A IMPUGNAÇÃO DEVERÁ ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema endereço <https://bnc.org.br/>

21.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento vincularão os participantes e a administração, e deverá ser divulgada no sítio endereço <https://bnc.org.br/> no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

21.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.6. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

21.7. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Como condição de validade e eficácia, todos os atos devem ser realizados de forma eletrônica diretamente no sítio da Bolsa Nacional de Compras, conforme art. 17, § 4º da Lei 14.133, de 2021.

22.3. Todas as comunicações serão formalizadas através da plataforma Bolsa Nacional de Compras, no endereço eletrônico endereço <https://bnc.org.br/>.

22.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.8. Verificada qualquer irregularidade a Autoridade Superior determinará o retorno dos autos para o devido saneamento.

22.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.13. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.13.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.15. A Autoridade Superior da Câmara Municipal de Piracanjuba poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

22.15.1. A anulação do pregão induz à do contrato.

22.15.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

22.16. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

22.16.1. Conforme entendimento do Plenário do Tribunal de Contas da União, exarado no Acórdão n. 1211/2021-Plenário, não é considerado documento novo, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Pregoeiro.



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

22.17. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no site oficial da Câmara Municipal de Piracanjuba: <https://camaradepiracanjuba.go.gov.br/> e através do endereço eletrônico da Bolsa Nacional de compras – BNC = <https://bnc.org.br/> = e também poderá ser retirado na Sala de Licitações da Câmara Municipal de Piracanjuba na Praça Wilson Eloy Pimenta, 516, Centro, Piracanjuba, Goiás, nos dias úteis, no horário das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.18. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II- MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

Piracanjuba, 13 de novembro de 2024.

Larissa de Almeida Silva

Port. 018/2023

Bruno Vicente da Silva

Presidente da Câmara



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

1.1 - Aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de higiene e limpeza em geral e utensílios domésticos, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Piracanjuba, relacionados de acordo com a tabela abaixo, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.2

Item	Quant	Unid.	Descrição/especificação
01	08	Unidade	Sabão em pó, constituído de pó, granulado e homogêneo, acondicionado em caixa de papelão vedadas, na embalagem deverá constar a data de fabricação, validade do produto e o número do lote. Validade mínima 12 (doze) meses da data do recebimento. Embalagem de 800 g a 1 kg. Tipo Tixan ou melhor qualidade.
02	120	Unidade	Detergente glicerinado, embalagem plástica, com bico dosador, composto de tensoativos aniônicos, coadjuvantes, preservantes, componente ativo linear alquilbenzeno sulfato de sódio, aroma diversos, devidamente especificadas. Embalagem em frasco de 500ml.
03	48	Unidade	Esponja multi uso constituída de duas faces, sendo uma em fibra sintética com material abrasivo, para limpeza mais difícil e a outra em espuma de poliuretano, ou similar, para limpeza de superfícies delicadas devidamente sobrepostas e firmemente unidas. O produto deverá vir acondicionado em embalagem individual em sacos plásticos transparentes, contendo as informações exigidas pela legislação em vigor. Tipo Scotch Brite ou igual qualidade.
04	05	Unidade	Lã de aço, composta de aço carbono, textura macia, isenta de sinais de oxidação, acondicionada em saco plástico com 08 unidades. Tipo Assolan ou melhor qualidade.
05	05	Unidade	Sabão em barra neutro glicerinado, sem perfume, biodegradável, embalagem contendo 5(cinco) barras de 200g. Tipo Ipê ou Melhor qualidade.
06	10	Unidade	Sabonete líquido, aspecto físico líquido cremoso perolado, aplicação assepsia das mãos, aroma erva doce, acondicionado em galões plásticos, com registro no Ministério da Saúde, químico responsável, data de validade, composição e informações do fabricante estampados na embalagem. Validade mínima 12 (doze) meses da data do recebimento. Embalagem de 2(dois) litros.
07	20	Unidade	Pano para limpeza de chão, atalhado, mínimo de 85% de algodão, com costuras duplas de fios de poliéster, nas laterais, com medidas aproximadas em 40cmx88cm.



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

08	35	Unidade	Flanela para limpeza de móveis, atalhada, lisa, 100% algodão, com costuras duplas de fios de poliéster nas laterais, com medidas aproximadas em 60cmx40cm.
09	40	Unidade	Lustra móveis, emulsão aquosa cremosa, perfumada, para aplicação em móveis e superfícies lisas, embalagem plástica com bico dosador, aroma diversos, embalagem deverá conter 200ml.
10	15	Unidade	Rodo puxa seca com base de plástico, com medidas de 60cm de comprimento, com borrachas duplas do mesmo comprimento da base, com cabo confeccionado em madeira/metal resistente, plastificado e perfeitamente adaptado à base com rosca, com medida aproximada em 1,20m. Tipo Santa Maria ou igual qualidade
11	06	Unidade	Vassoura tipo piaçaba, para limpeza de áreas externas/internas, com base de plástico, dimensão mínima de 26 cm de comprimento por 5,0 de largura, 10,5 de altura, com cerdas sintéticas e super-resistentes para limpeza de pisos frios, carpetes e tapetes, com cabo de madeira/metal resistente plastificado, medindo aproximadamente 1,20 m de comprimento e perfeitamente adaptado à base com rosca.
12	06	Unidade	Vassoura para uso interno, de cerdas sintéticas, macias, com base de plástico, com 30 cm de comprimento, com cabo de madeira/metal resistente plastificado, medindo aproximadamente 1,20 m de comprimento e perfeitamente adaptado à base com rosca, tipo Santa Maria ou melhor qualidade.
13	06	Unidade	Escova Sanitária banheiro com cerdas de nylon, sem suporte, com cabo de plástico no tamanho mínimo de 29 cm.
14	72	Unidade	Desodorizador ambiental, apresentação aerosol, sem CFC, essências suaves. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde. Validade mínima 12 (doze) meses da data do recebimento. Embalagem de 350 a 400ml.
15	100	Unidade	Papel toalha interfolhado, branco, com 02 (duas) dobras, com 02 (duas) linhas, super resistente, rápida absorção de líquido e tamanho aproximado em 23cmx21cm. Pacote com 1.000 folhas.
16	190	Unidade	Papel toalha interfolha, picotada, cor branca, pacote com 02 (dois) volumes, super resistente e rápida absorção de líquido, tamanho aproximado em 20cmx22cm. Embalagem com 02 (dois) rolos.
17	48	Unidade	Limpador de vidro, líquido, cor incolor/azul, frasco plástico de 500 ml, com gatilho de spray, a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, validade e número de registro no Ministério de Saúde.



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

18	40	Unidade	Sacos plásticos, aplicação de lixo, material em polipropileno, cor preta, acondicionado em pacotes, tamanho aproximado em 40cmx58cm, capacidade 15 (quinze) litros. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056. Embalagem com 20 unidades.
19	30	Unidade	Sacos plásticos, aplicação de lixo, material em polipropileno, cor preta, acondicionado em pacotes, tamanho aproximado de 59cm de largura x 62cm de comprimento, capacidade 30(trinta) litros. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR9190/9191/13055/13056. Embalagem com 10 unidades.
20	100	Unidade	Sacos plásticos, aplicação de lixo, material em polipropileno, cor preta, acondicionado em pacotes, tamanho aproximado em 63cmx80cm, capacidade 50 (cinquenta) litros. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056. Pacotes com 10 unidades.
21	80	Unidade	Sacos plásticos, aplicação de lixo, material em polipropileno, cor preta, acondicionado em pacotes, tamanho aproximado em 75cmx1,05m, capacidade 100 (cem) litros. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056. Embalagem com 05 (cinco) unidades.
22	192	Unidade	Limpador instantâneo líquido, para limpeza pesada, líquido incolor, embalagem com frasco plástico, com tampa dosadora flip top, a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério de Saúde. Embalagem com 500ml. Tipo veja ou igual qualidade.
23	120	Unidade	Limpador instantâneo líquido, para limpeza de banheiro líquido incolor, embalagem com frasco plástico, com tampa dosadora flip top, a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério de Saúde. Embalagem com 500ml cada. Tipo veja ou igual qualidade.
24	30	Unidade	Luvas para limpeza, borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante, embaladas em pacotes plásticos, em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.393. Tamanho Pequeno (P). Embalagem com um par.
25	40	Unidade	Luvas para limpeza, borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante, embaladas em pacotes plásticos, em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.393. Tamanho Médio (M). Embalagem e com um par.



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

26	01	Unidade	Protetor Solar, FPS 60, Proteção imediata, resistente à água e ao suor, hipoalergênico, embalagem plástica de 200 a 220 g. Tipo Sundown ou igual qualidade
27	160	Unidade	Guardanapo de papel, macio, alta absorção, folha dupla, fibra celulósica, cor branca, tamanho aproximado em 23cmx20cm. Pacote com 50 (cinquenta) unidades.
28	400	Unidade	Copo descartável, composto de resina termoplástica não tóxica, resistente, transparente, bordas arredondadas, capacidade de 200ml, em conformidade com as normas da ABNT NBR 14.865. Embalagem com 100 (cem) unidades.
29	100	Unidade	Copo descartável, composto de resina termoplástica não tóxica, resistente, transparente, bordas arredondadas, capacidade de 50ml, em conformidade com as normas da ABNT NBR 14.865. Embalagem com 100 (cem) unidades.
30	192	Unidade	Papel Higiênico, dupla folha, picotado, macio, absorvente e consistente, 100% fibras naturais, neutro, cor branca (100% branca), papel não reciclado, sem perfume. Embalagem com 04 (quatro) rolos, contendo cada rolo 30mx10cm. Tipo Personal ou melhor qualidade.
31	192	Unidade	Desinfetante, aspecto físico líquido, solubilidade em água, antisséptico, aplicação germicida e bactericida, embalagem plástica com tampa e bico econômico, fragrâncias variadas. Validade mínima 12 (doze) meses da data do recebimento. Embalagem contendo 02 (dois) litros. Tipo Ipê ou melhor qualidade.
32	72	Unidade	Água Sanitária, a base de cloro, composição hidróxido de sódio e água, princípio ativo hipoclorito de sódio 2,0% a 2,5% de cloro ativo, aplicação lavagem e alvejante de tecidos, banheiros e pias, acondicionado em embalagens plásticas com tampa. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério de Saúde. Embalagem contendo 02 (dois) litros. Tipo Qboa ou igual qualidade.
33	10	Unidade	Vassoura, com cerdas de palhas, com amarração de arame, cabo de madeira medindo aproximadamente 1,20 metros.
34	20	Unidade	Inseticida doméstico, base água, apresentação aerossol, multi-inseticida, sem cheiro, embalagem contendo de 300 ml a 400 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde. Tipo Raid, Baygon, SBP, ou melhor qualidade



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

35	04	Unidade	Isqueiro grande, em conformidade com o Padrão ISO 9994 de qualidade com referência do fabricante e data de validade, produto de primeira qualidade.
36	50	Unidade	Álcool etílico hidratado, líquido, teor alcoólico 70%, embalagem de 1litro, devendo conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote.
37	05	Unidade	Pano de prato, material algodão, rápida absorção de líquido, comprimento aproximado em 60cm e largura em 40 cm, cor branca.
38	240	Unidade	Café, em pó, torrado e moído, empacotado a vácuo, embalagem plástica, contendo selo de pureza ABIC, validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de recebimento. Embalagem de 500gramas. Tipo Imperial ou melhor qualidade
39	30	Unidade	Açúcar, composição de origem vegetal, sacarose de cana de açúcar, acondicionado em embalagens plásticas transparentes e atóxicas, limpos, não violados e resistentes. Embalagem contendo 05 (cinco) quilos. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, quantidade de produto. Validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de recebimento. Tipo Ibiá ou Melhor qualidade.
40	10	Unidade	Coador para café, elemento filtrante em tecido de algodão, estrutura em metal, tamanho médio (M).
41	10	Unidade	Coador para café, elemento filtrante em tecido de algodão, estrutura em metal, tamanho grande (G).
42	300	Quilo	Pão francês, produto obtido em condições técnicas e higiênico - sanitárias adequadas, matéria prima de primeira qualidade, todos os ingredientes aprovados pela ANVISA
43	720	Unidade	Leite, longa vida, processamento UHT (ultra high temperature), integral, acondicionado em embalagem tetra pak contendo 1(um) litro. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, quantidade de produto. Validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de recebimento.
44	180	Unidade	Água, mineral com gás, acondicionado em embalagem PET, com tampa de rosca, devidamente embalada em pacotes de plásticos, validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de recebimento. Pacote com 12 (doze) unidades de 500ml por unidade.
45	350	Unidade	Água, mineral sem gás, acondicionado em embalagem PET, com tampa de rosca, devidamente embalada em pacotes de plásticos, validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

			recebimento. Pacote com 12 (doze) unidades de 500ml por unidade.
46	08	Unidade	Água Mineral, potável, sem gás, envasada mecanicamente em vasilhame fabricados em polycarbonato ou em polietileno tereftalato - PET, de ótima qualidade, com lacre de segurança, retornáveis, transparente, resistentes a impacto, devidamente identificados por rótulo do produto e higienizados. Galões com capacidade de 20 (vinte) litros.
47	08	Unidade	Adoçante, tipo Dietético, líquido, transparente, bico dosador, composto de Sacarina e Ciclamato de Sódio. Embalagem com rotulagem, contendo informações dos ingredientes e composição nutricional, com 100 ml de capacidade. Validade mínima de 12 (doze) meses da data do recebimento. Tipo Zero Cal ou igual qualidade.
48	120	Unidade	Achocolatado, apresentado em pó, sabor chocolate, instantâneo, pó homogêneo, rotulagem com identificação do produto, informações nutricionais, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Validade mínima de 12 (doze) meses da data do recebimento. Embalado em pote contendo 370 gramas. Tipo Toddy, Nestlé, ou melhor qualidade.
49	160	Unidade	Requeijão, cremoso, teor de matéria gorda mínima de 55%, sem condimentos além de sal, cor esbranquiçada, sabor natural e suave, embalados em embalagens plásticas ou vidro, com identificação do produto, especificação dos ingredientes, informações nutricionais, prazo de validade, peso líquido e rotulagem de acordo com a legislação. Validade mínima de 06 (seis) meses da data do recebimento. Embalagem contendo de 200 a 300 gramas. Tipo Itambé, Nestlé ou melhor qualidade.
50	100	Unidade	Manteiga de leite com sal, sem gorduras vegetal, com baixo teor de sódio, embalada em embalagens plásticas de 500 gramas. Tipo Piracanjuba ou igual qualidade.
51	96	Unidade	Refrigerante, sabor guaraná, composto de extrato de guaraná, água gaseificada, açúcar, sendo permitidos 0,02g a 0,2g de extrato de semente guaraná, isento de corantes artificiais, acondicionado em garrafas "PET", com tampa de rosca, validade mínima de 06 (seis) meses da data do recebimento. Embalagem contendo 02 (dois) litros a unidade. Tipo Guaraná Antarctica ou melhor qualidade.
52	120	Unidade	Refrigerante, sabor cola, composto de água gaseificada, sacarina, sendo permitidos extratos vegetais, cafeína, corante, caramelo isento de corantes artificiais, acondicionados em garrafas "PET", com tampa de rosca, validade mínima de 06 (seis) meses da data do recebimento. Embalagem contendo 02 (dois) litros. Tipo Coca - Cola ou melhor qualidade.



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

53	05	Unidade	Recarga de gás, liquefeito de petróleo - GLP, acondicionado em botijão de 13kg, material chapa aço, tipo gás propano butano, com lacre de segurança, aplicação fogão doméstico. Unidade contendo 13kg.
54	300	Unidade	Suco, apresentação líquido, sem conservantes, sabores variados, acondicionado em embalagem tetra pak, com identificação do produto, especificação dos ingredientes, informações nutricionais, prazo de validade, peso líquido e rotulagem de acordo com a legislação. Caixa contendo 01 (um) litro cada. Tipo Del Valle, La Fruit ou melhor qualidade.
55	40	Quilo	Quitanda Salgada, (tipo pão de queijo e biscoito de queijo), matéria prima de primeira qualidade, todos os ingredientes aprovados pela ANVISA. Validade: Item fresco para consumo imediato.
56	60	Quilo	Salgados Assados diversos, (tipo enroladinho de salsicha, enroladinho de presunto e muçarela, esfirra, empada e minipizza), matéria prima de primeira qualidade, todos os ingredientes aprovados pela ANVISA. Validade: Item fresco para consumo imediato.
57	60	Quilo	Salgados, fritos, tamanho pequeno, diversos (tipo quibe, coxinha, risole de milho, pastel, disco e croquetes), matéria prima de primeira qualidade, todos os ingredientes aprovados pela ANVISA. Validade: Item fresco para consumo imediato.
58	10	Unidade	Caixa de Cápsula para preparo de café expresso compatível com a máquina Nespresso Citiz Chrome, sabores variados. Embalagem com 10 (dez) cápsulas.
59	01	Unidade	Sanduícheira elétrica em Polipropileno na cor preta, com inox escovado. Características: 220v, com guarda o. Chapas antiaderentes, lâmpadas piloto, alça fria e presilha. Com 01 ano de garantia. Em conformidade com o INMETRO e com as recomendações contidas nas normas da ABNT.
60	05	Unidade	Suporte para copo, material: plástico, tipo: dispensador, capacidade: 100 copos, componentes: base dispensadora, bocal de saída, cilindro transparente. Características adicionais: sistema poupa copo, alavanca de acionamento. Aplicação: copo descartável plástico de 200 ml.
61	02	Unidade	Suporte para copo, material: plástico, tipo: dispensador, capacidade: 100 copos, componentes: base dispensadora, bocal de saída, cilindro transparente. Características adicionais: sistema poupa copo, alavanca de acionamento. Aplicação: copo descartável plástico de 50 ml.



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

62	01	Unidade	Kit contendo registro regulador de gás de cozinha, com visor manômetro e mangueira; mangueira e 2 abraçadeiras. Produto homologado pelo Inmetro.
63	03	Unidade	Rodo para pia, confeccionado em material plástico e borracha resistente.
64	02	Unidade	Conjunto de talheres, em aço inox, contendo 24 peças, sendo 06 facas de mesa, 06 colheres de mesa, 06 garfos de mesa e 06 colheres de chá.
65	01	Unidade	Bule de alumínio, com capacidade para 2 litros, com cabo revestido com material resistente.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da aquisição tem por finalidade atender a demanda da Câmara Municipal de Piracanjuba, conforme descrição detalhada, visando manter o pleno funcionamento das atividades administrativas do órgão, dando suporte às tarefas e ações operacionais, incluindo serviços de limpeza e higienização de todas as dependências, bem como o fornecimento de café e lanche para servidores e vereadores. Os itens solicitados serão utilizados nos serviços já citados, e na garantia da manutenção e segurança dos servidores e clientes da Câmara Municipal de Piracanjuba, bem como os utensílios serão usados para substituir os danificados. As quantidades dos itens foram definidas de acordo com levantamento de consumo dos anos anteriores efetuado pelo setor competente.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

3.1. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos do art. 1º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens é deverá ser de 24 (vinte e quatro) horas, ou diante de justificativas, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas de, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única ou parcelada, a ser definida pelo contratante, na sede da Câmara Municipal de Piracanjuba, localizada na Praça Wilson Eloy Pimenta, nº 516, Centro, Piracanjuba/Go, dentro do horário de expediente, de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h.

4.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades deste termo de referência.

4.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 4 (quatro) dias corridos ou de acordo com a necessidade do contratante, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado (termo de aceite).



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

4.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do serviço.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo de até dez dias após apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo setor competente, conforme estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;

5.2. A Câmara Municipal de Piracanjuba não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24(vinte quatro) horas que antecede a data da entrega do produto, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida subcontratação do objeto licitatório.

8. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

8.1 Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.1.1 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

8.1.2 O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura devidamente atestada, podendo ser dividido em até duas parcelas, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

9.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que órgão contratante atestar a execução do objeto.

9.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

9.4 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

Contratante.

9.6 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.7 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.

9.8 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

9.9 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

9.10 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.11 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

9.12 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela não execução do serviço, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

19.12.1. Será interrompido o serviço em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

9.13 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.13.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.14 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma, para tanto, fica convencionado a multa de 2% e a taxa de juros devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é fixada em 6% ao



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

ano.

10. DO REAJUSTE

10.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

10.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, Contratada que:

11.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

11.2.1 Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

11.2.2 Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.2.3 Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do serviço, no caso da entrega do mesmo não seja efetiva.

11.2.4 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

11.2.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

11.2.6 Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da públicas com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

- 11.2.6.1. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 11.1 deste Termo de Referência.
- 11.2.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 11.3 As sanções previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.5, 11.2.6 e 11.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA acompanhada de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 11.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. Art.156 da 14.133/2021, as empresas ou profissionais que:
- 11.4.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 11.4.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.4.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 11.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14133, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 11.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do ente público, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 11.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Câmara Municipal de Piracanjuba poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 11.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 11.9 Se durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
- 11.10 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

seu rito normal na unidade administrativa.

11.11 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DO VALOR DE CONTRATAÇÃO

12.1 As quantidades, descrições e o valor estimado da contratação segue abaixo:

Item	Quant	Unid	Descrição/especificação	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
01	08	Unidade	Sabão em pó, constituído de pó, granulado e homogêneo, acondicionado em caixa de papelão vedadas, na embalagem deverá constar a data de fabricação, validade do produto e o número do lote. Validade mínima 12 (doze) meses da data do recebimento. Embalagem de 800 g a 1 kg. Tipo Tixan ou melhor qualidade.	R\$ 11,79	R\$ 94,32
02	120	Unidade	Detergente glicerinado, embalagem plástica, com bico dosador, composto de tensos ativos aniônicos, coadjuvantes, preservantes, componente ativo linear alquibenzeno sulfato de sódio, aroma diversos, devidamente especificadas. Embalagem em frasco de 500ml.	R\$ 2,33	R\$ 279,60
03	48	Unidade	Esponja multi uso constituída de duas faces, sendo uma em fibra sintética com material abrasivo, para limpeza mais difícil e a outra em espuma de poliuretano, ou similar, para limpeza de superfícies delicadas devidamente sobrepostas e firmemente unidas. O produto deverá vir acondicionado em embalagem individual em sacos plásticos transparentes, contendo as informações exigidas pela legislação em vigor. Tipo Scotch Brite ou igual qualidade.	R\$ 1,43	R\$ 68,64
04	05	Unidade	Lã de aço, composta de aço carbono, textura macia, isenta de sinais de oxidação, acondicionada em saco plástico com 08 unidades. Tipo Assolan ou melhor qualidade.	R\$ 4,58	R\$ 22,90
05	05	Unidade	Sabão em barra neutro glicerinado, sem perfume, biodegradável, embalagem contendo 5(cinco) barras de 200g. Tipo Ipê ou Melhor qualidade.	R\$ 11,08	R\$ 55,40
06	10	Unidade	Sabonete líquido, aspecto físico líquido cremoso perolado, aplicação assepsia das mãos, aroma erva doce, acondicionado em galões plásticos, com registro no Ministério	R\$ 26,18	R\$ 261,80



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

			da Saúde, químico responsável, data de validade, composição e informações do fabricante estampados na embalagem. Validade mínima 12 (doze) meses da data do recebimento. Embalagem de 2(dois) litros.		
07	20	Unidade	Pano para limpeza de chão, atalhado, mínimo de 85% de algodão, com costuras duplas de fios de poliéster, nas laterais, com medidas aproximadas em 40cmx88cm.	R\$ 10,55	R\$ 211,00
08	35	Unidade	Flanela para limpeza de móveis, atalhada, lisa, 100% algodão, com costuras duplas de fios de poliéster nas laterais, com medidas aproximadas em 60cmx40cm.	R\$ 7,59	R\$ 265,65
09	40	Unidade	Lustra móveis, emulsão aquosa cremosa, perfumada, para aplicação em móveis e superfícies lisas, embalagem plástica com bico dosador, aroma diversos, embalagem deverá conter 200 ml.	R\$ 9,03	R\$ 361,20
10	15	Unidade	Rodo puxa seca com base de plástico, com medidas de 60cm de comprimento, com borrachas duplas do mesmo comprimento da base, com cabo confeccionado em madeira/metal resistente, plastificado e perfeitamente adaptado à base com rosca, com medida aproximada em 1,20m. Tipo Santa Maria ou igual qualidade	R\$ 27,63	R\$ 414,45
11	06	Unidade	Vassoura tipo piaçaba, para limpeza de áreas externas/internas, com base de plástico, dimensão mínima de 26 cm de comprimento por 5,0 de largura, 10,5 de altura, com cerdas sintéticas e super-resistentes para limpeza de pisos frios, carpetes e tapetes, com cabo de madeira/metal resistente plastificado, medindo aproximadamente 1,20 m de comprimento e perfeitamente adaptado à base com rosca.	R\$ 29,47	R\$ 176,82
12	06	Unidade	Vassoura para uso interno, de cerdas sintéticas, macias, com base de plástico, com 30 cm de comprimento, com cabo de madeira/metal resistente plastificado, medindo aproximadamente 1,20 m de comprimento e perfeitamente adaptado à base com rosca, tipo Santa Maria ou melhor qualidade.	R\$ 15,66	R\$ 93,96
13	06	Unidade	Escova Sanitária banheiro com cerdas de nylon, sem suporte, com cabo de plástico no tamanho mínimo de 29 cm.	R\$ 6,96	R\$ 41,76
14	72	Unidade	Desodorizador ambiental, apresentação aerosol, sem CFC, essências suaves. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número	R\$ 13,91	R\$ 1.001,52



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

			de lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde. Validade mínima 12 (doze) meses da data do recebimento. Embalagem de 350 a 400ml.		
15	100	Unidade	Papel toalha interfolhado, branco, com 02 (duas) dobras, com 02 (duas) linhas, super resistente, rápida absorção de líquido e tamanho aproximado em 23cmx21cm. Pacote com 1.000 folhas.	R\$ 20,63	R\$ 2.063,33
16	190	Unidade	Papel toalha interfolha, picotada, cor branca, pacote com 02 (dois) volumes, super resistente e rápida absorção de líquido, tamanho aproximado em 20cmx22cm. Embalagem com 02 (dois) rolos.	R\$ 11,83	R\$ 1.540,90
17	48	Unidade	Limpador de vidro, líquido, cor incolor/azul, frasco plástico de 500 ml, com gatilho de spray, a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, validade e número de registro no Ministério de Saúde.	R\$ 9,26	R\$ 444,48
18	40	Unidade	Sacos plásticos, aplicação de lixo, material em polipropileno, cor preta, acondicionado em pacotes, tamanho aproximado em 40cmx58cm, capacidade 15 (quinze) litros. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056. Embalagem com 20 unidades.	R\$ 4,55	R\$ 182,00
19	30	Unidade	Sacos plásticos, aplicação de lixo, material em polipropileno, cor preta, acondicionado em pacotes, tamanho aproximado de 59cm de largura x 62cm de comprimento, capacidade 30(trinta) litros. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR9190/9191/13055/13056. Embalagem com 10 unidades.	R\$ 4,28	R\$ 128,40
20	100	Unidade	Sacos plásticos, aplicação de lixo, material em polipropileno, cor preta, acondicionado em pacotes, tamanho aproximado em 63cmx80cm, capacidade 50 (cinquenta) litros. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056. Pacotes com 10 unidades.	R\$ 6,34	R\$ 634,00
21	80	Unidade	Sacos plásticos, aplicação de lixo, material em polipropileno, cor preta, acondicionado em pacotes, tamanho aproximado em 75cmx1,05m, capacidade 100 (cem) litros. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 9190/9191/13055/13056. Embalagem com 05 (cinco) unidades.	R\$ 6,44	R\$ 515,20



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

22	192	Unidade	Limpador instantâneo líquido, para limpeza pesada, líquido incolor, embalagem com frasco plástico, com tampa dosadora flip top, a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério de Saúde. Embalagem com 500ml. Tipo veja ou igual qualidade.	R\$ 8,65	R\$ 1.660,80
23	120	Unidade	Limpador instantâneo líquido, para limpeza de banheiro líquido incolor, embalagem com frasco plástico, com tampa dosadora flip top, a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério de Saúde. Embalagem com 500ml cada. Tipo veja ou igual qualidade.	R\$ 8,01	R\$ 961,20
24	30	Unidade	Luvas para limpeza, borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante, embaladas em pacotes plásticos, em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.393. Tamanho Pequeno (P). Embalagem com um par.	R\$ 6,30	R\$ 189,00
25	40	Unidade	Luvas para limpeza, borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante, embaladas em pacotes plásticos, em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.393. Tamanho Médio (M). Embalagem e com um par.	R\$ 6,10	R\$ 244,00
26	01	Unidade	Protetor Solar, FPS 60, Proteção imediata, resistente à água e ao suor, hipoalergênico, embalagem plástica de 200 a 220 g. Tipo Sundown ou igual qualidade	R\$ 37,04	R\$ 37,04
27	160	Unidade	Guardanapo de papel, macio, alta absorção, folha dupla, fibra celulósica, cor branca, tamanho aproximado em 23cmx20cm. Pacote com 50 (cinquenta) unidades.	R\$ 4,54	R\$ 726,40
28	400	Unidade	Copo descartável, composto de resina termoplástica não tóxica, resistente, transparente, bordas arredondadas, capacidade de 200ml, em conformidade com as normas da ABNT NBR 14.865. Embalagem com 100 (cem) unidades.	R\$ 7,64	R\$ 3.056,00
29	100	Unidade	Copo descartável, composto de resina termoplástica não tóxica, resistente, transparente, bordas arredondadas, capacidade de 50ml, em conformidade com as normas da ABNT NBR 14.865. Embalagem com 100 (cem) unidades.	R\$ 4,72	R\$ 472,00
30	192	Unidade	Papel Higiênico, dupla folha, picotado, macio, absorvente e consistente, 100% fibras	R\$ 8,56	R\$ 1.643,52



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

			naturais, neutro, cor branca (100% branca), papel não reciclado, sem perfume. Embalagem com 04 (quatro) rolos, contendo cada rolo 30mx10cm. Tipo Personal ou melhor qualidade.		
31	192	Unidade	Desinfetante, aspecto físico líquido, solubilidade em água, antisséptico, aplicação germicida e bactericida, embalagem plástica com tampa e bico econômico, fragrâncias variadas. Validade mínima 12 (doze) meses da data do recebimento. Embalagem contendo 02 (dois) litros.	R\$ 8,14	R\$ 1.562,88
32	72	Unidade	Água Sanitária, a base de cloro, composição hidróxido de sódio e água, princípio ativo hipoclorito de sódio 2,0% a 2,5% de cloro ativo, aplicação lavagem e alvejante de tecidos, banheiros e pias, acondicionado em embalagens plásticas com tampa. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério de Saúde. Embalagem contendo 02 (dois) litros. Tipo Qboa ou igual qualidade.	R\$ 9,42	R\$ 678,24
33	10	Unidade	Vassoura, com cerdas de palhas, com amarração de arame, cabo de madeira medindo aproximadamente 1,20 metros.	R\$ 22,13	R\$ 221,30
34	20	Unidade	Inseticida doméstico, base água, apresentação aerossol, multi-inseticida, sem cheiro, embalagem contendo de 300 ml a 400 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde. Tipo Raid, Baygon, SBP, ou melhor qualidade	R\$ 15,08	R\$ 301,60
35	04	Unidade	Isqueiro grande, em conformidade com o Padrão ISO 9994 de qualidade com referência do fabricante e data de validade, produto de primeira qualidade.	R\$ 6,14	R\$ 24,56
36	50	Unidade	Alcool etílico hidratado, líquido, teor alcoólico 70%, embalagem de 1litro, devendo conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote.	R\$ 10,58	R\$ 529,00
37	05	Unidade	Pano de prato, material algodão, rápida absorção de líquido, comprimento aproximado em 60cm e largura em 40 cm, cor branca.	R\$ 9,87	R\$ 49,35
38	240	Unidade	Café, em pó, torrado e moído, empacotado a vácuo, embalagem plástica, contendo selo de pureza ABIC, validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de recebimento.	R\$ 19,13	R\$ 4.591,20



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

			Embalagem de 500gramas. Tipo Imperial ou melhor qualidade		
39	30	Unidade	Açúcar, composição de origem vegetal, sacarose de cana de açúcar, acondicionado em embalagens plásticas transparentes e atóxicas, limpos, não violados e resistentes. Embalagem contendo 05 (cinco) quilos. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, quantidade de produto. Validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de recebimento. Tipo Ibiá ou Melhor qualidade.	R\$ 20,30	R\$ 609,00
40	10	Unidade	Coador para café, elemento filtrante em tecido de algodão, estrutura em metal, tamanho médio (M).	R\$ 5,15	R\$ 51,50
41	10	Unidade	Coador para café, elemento filtrante em tecido de algodão, estrutura em metal, tamanho grande (G).	R\$ 10,21	R\$ 102,10
42	300	Quilo	Pão francês, produto obtido em condições técnicas e higiênico - sanitárias adequadas, matéria prima de primeira qualidade, todos os ingredientes aprovados pela ANVISA	R\$ 20,36	R\$ 6.108,00
43	720	Unidade	Leite, longa vida, processamento UHT (ultra hight temperature), integral, acondicionado em embalagem tetra pak contendo 1(um) litro. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, quantidade de produto. Validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de recebimento.	R\$ 5,62	R\$ 4.046,40
44	180	Unidade	Água, mineral com gás, acondicionado em embalagem PET, com tampa de rosca, devidamente embalada em pacotes de plásticos, validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de recebimento. Pacote com 12 (doze) unidades de 500ml por unidade.	R\$ 23,17	R\$ 4.170,60
45	350	Unidade	Água, mineral sem gás, acondicionado em embalagem PET, com tampa de rosca, devidamente embalada em pacotes de plásticos, validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de recebimento. Pacote com 12 (doze) unidades de 500ml por unidade.	R\$ 16,16	R\$ 5.656,00
46	08	Unidade	Água Mineral, potável, sem gás, envasada mecanicamente em vasilhame fabricados em policarbonato ou em polietileno tereftalato - PET, de ótima qualidade, com lacre de segurança, retornáveis, transparente, resistentes a impacto, devidamente identificados por rótulo do produto e	R\$ 15,12	R\$ 120,96



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

			higienizados. Galões com capacidade de 20 (vinte) litros.		
47	08	Unidade	Adoçante, tipo Dietético, líquido, transparente, bico dosador, composto de Sacarina e Ciclamato de Sódio. Embalagem com rotulagem, contendo informações dos ingredientes e composição nutricional, com 100 ml de capacidade. Validade mínima de 12 (doze) meses da data do recebimento. Tipo Zero Cal ou igual qualidade.	R\$ 5,70	R\$ 45,60
48	120	Unidade	Achocolatado, apresentado em pó, sabor chocolate, instantâneo, pó homogêneo, rotulagem com identificação do produto, informações nutricionais, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Validade mínima de 12 (doze) meses da data do recebimento. Embalado em pote contendo 370 gramas. Tipo Toddy, Nestlé, ou melhor qualidade.	R\$ 11,52	R\$ 1.382,40
49	160	Unidade	Requeijão, cremoso, teor de matéria gorda mínima de 55%, sem condimentos além de sal, cor esbranquiçada, sabor natural e suave, embalados em embalagens plásticas ou vidro, com identificação do produto, especificação dos ingredientes, informações nutricionais, prazo de validade, peso líquido e rotulagem de acordo com a legislação. Validade mínima de 06 (seis) meses da data do recebimento. Embalagem contendo de 200 a 300 gramas. Tipo Itambé, Nestlé ou melhor qualidade.	R\$ 9,47	R\$ 1.515,20
50	100	Unidade	Manteiga de leite com sal, sem gorduras vegetal, com baixo teor de sódio, embalada em embalagens plásticas de 500 gramas. Tipo Piracanjuba ou igual qualidade.	R\$ 28,40	R\$ 2.840,00
51	96	Unidade	Refrigerante, sabor guaraná, composto de extrato de guaraná, água gaseificada, açúcar, sendo permitidos 0,02g a 0,2g de extrato de semente guaraná, isento de corantes artificiais, acondicionado em garrafas "PET", com tampa de rosca, validade mínima de 06 (seis) meses da data do recebimento. Embalagem contendo 02 (dois) litros a unidade. Tipo Guaraná Antarctica ou melhor qualidade.	R\$ 8,37	R\$ 803,52
52	120	Unidade	Refrigerante, sabor cola, composto de água gaseificada, sacarina, sendo permitidos extratos vegetais, cafeína, corante, caramelo isento de corantes artificiais, acondicionados em garrafas "PET", com tampa de rosca, validade mínima de 06 (seis) meses da data do recebimento. Embalagem contendo 02	R\$ 9,31	R\$ 1.117,20



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

			(dois) litros. Tipo Coca - Cola ou melhor qualidade.		
53	05	Unidade	Recarga de gás, liquefeito de petróleo - GLP, acondicionado em botijão de 13kg, material chapa aço, tipo gás propano butano, com lacre de segurança, aplicação fogão doméstico. Unidade contendo 13kg.	R\$ 137,50	R\$ 687,50
54	300	Unidade	Suco, apresentação líquido, sem conservantes, sabores variados, acondicionado em embalagem tetra park, com identificação do produto, especificação dos ingredientes, informações nutricionais, prazo de validade, peso líquido e rotulagem de acordo com a legislação. Caixa contendo 01 (um) litro cada. Tipo Del Valle, La Fruit ou melhor qualidade.	R\$ 7,26	R\$ 2.178,00
55	40	Quilo	Quitanda Salgada, (tipo pão de queijo e biscoito de queijo), matéria prima de primeira qualidade, todos os ingredientes aprovados pela ANVISA. Validade: Item fresco para consumo imediato.	R\$ 33,08	R\$ 1.323,20
56	60	Quilo	Salgados Assados diversos, (tipo enroladinho de salsicha, enroladinho de presunto e muçarela, esfirra, empada e minipizza), matéria prima de primeira qualidade, todos os ingredientes aprovados pela ANVISA. Validade: Item fresco para consumo imediato.	R\$ 38,25	R\$ 2.295,00
57	60	Quilo	Salgados, fritos, tamanho pequeno, diversos (tipo quibe, coxinha, risole de milho, pastel, disco e croquetes), matéria prima de primeira qualidade, todos os ingredientes aprovados pela ANVISA. Validade: Item fresco para consumo imediato.	R\$ 40,29	R\$ 2.417,40
58	10	Unidade	Caixa de Cápsula para preparo de café expresso compatível com a máquina Nespresso Citiz Chrome, sabores variados. Embalagem com 10 (dez) cápsulas.	R\$ 27,29	R\$ 272,90
59	01	Unidade	Sanduicheira elétrica em Polipropileno na cor preta, com inox escovado. Características: 220v, com guarda o. Chapas antiaderentes, lâmpadas piloto, alça fria e presilha. Com 01 ano de garantia. Em conformidade com o INMETRO e com as recomendações contidas nas normas da ABNT.	R\$ 125,49	R\$ 125,49
	05	Unidade	Suporte para copo, material: plástico, tipo: dispensador, capacidade: 100 copos, componentes: base dispensadora, bocal de saída, cilindro transparente. Características adicionais: sistema poupa copo, alavanca de acionamento. Aplicação: copo descartável plástico de 200 ml.	R\$ 63,71	R\$ 318,55



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

61	02	Unidade	Suporte para copo, material: plástico, tipo: dispensador, capacidade: 100 copos, componentes: base dispensadora, bocal de saída, cilindro transparente. Características adicionais: sistema poupa copo, alavanca de acionamento. Aplicação: copo descartável plástico de 50 ml.	R\$ 63,11	R\$ 126,22
62	01	Unidade	Kit contendo registro regulador de gás de cozinha, com visor manômetro e mangueira; mangueira e 2 abraçadeiras. Produto homologado pelo Inmetro.	R\$ 56,74	R\$ 56,74
63	03	Unidade	Rodo para pia, confeccionado em material plástico e borracha resistente.	R\$ 5,74	R\$ 17,22
64	02	Unidade	Conjunto de talheres, em aço inox, contendo 24 peças, sendo 06 facas de mesa, 06 colheres de mesa, 06 garfos de mesa e 06 colheres de chá.	R\$ 122,26	R\$ 244,52
65	01	Unidade	Bule de alumínio, com capacidade para 2 litros, com cabo revestido com material resistente.	R\$ 50,40	R\$ 50,40

O valor estimado total da presente contratação é de R\$ 64.486,71 (sessenta quatro mil quatrocentos e oitenta seis reais e setenta um centavos), obtido através da média de cotação de preços entre contratação similares feitas pela Administração Pública, inclusive mediante sistema de registro preços, publicados no site da Bolsa Nacional de Compras.

13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

11.01.01.031.0107.2102 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal Ficha: 11

Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Materiais de Consumo;

Sub-Elemento: 21 – Material de copa e cozinha;

Sub-Elemento: 22 – Material de limpeza e produção de higienização

Sub-Elemento: 07 – Gêneros Alimentícios;

Sub-Elemento: 04 – Gas engarrafado

Helenice Maria de Melo Andrade
Responsável pela Elaboração do Termo de Referência



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

14. DESPACHO DE ORDENADOR DE DESPESAS

O documento apresentado descreve de maneira adequada o planejamento da contratação, permitindo a avaliação de custos, definindo a sistemática e critérios de aceitação do objeto, deveres do Licitante e da Administração, procedimentos de fiscalização e gerenciamento, prazos de entrega e a possibilidade de sanções administrativas, de forma clara, concisa e objetiva.

Bruno Vicente da Silva
Presidente da Câmara



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

ANEXO II MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Pregão Eletrônico nº _____/2024

Processo Administrativo nº _____/2024

A empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na Rua _____, nº _____, bairro _____, na cidade de _____, com o endereço eletrônico _____, situada no Estado de _____, através do seu representante legal, infra-assinado, e para os fins de participação do **Pregão Eletrônico Nº 003/2024, DECLARA** sob as penalidades cabíveis, que:

I - Atende aos requisitos de habilitação e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

II - não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

III - conhece as especificações do objeto e os termos constantes neste Aviso e seu(s) Anexos, e que, concorda com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possui todas as condições para atender e cumprir as exigências de fornecimento então contidas;

IV - na qualidade de Proponente do procedimento de Contratação instaurado por esta Câmara, o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº, cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do Contrato ou instrumento equivalente.

V - não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

VI - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

VII - a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega das propostas.

VIII – o endereço correto, em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo de contratação direta, bem como em caso de eventual contratação, é: _____

E-mail:

Telefone:

IX – Nomeia e constitui o(a) senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) **preposto** responsável para acompanhar a execução do Contrato ou instrumento equivalente, e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações assumidas diante da participação neste instrumento convocatório e seus anexos.

X - para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/21, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal).

Ressalva: () emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

XI – conhecimento acerca da disposição contida no artigo 155, VIII da Lei 14.133/2021, quanto a apresentação de declaração falsa.

_____ / _____, _____ de _____ de 2024.

Nome e Assinatura do representante legal

****UTILIZAR O PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA***



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº _____/2024.

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA EM GERAL, E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA/GO E A EMPRESA _____ NA FORMA ABAIXO.

1 – PREÂMBULO

1.1 – DAS PARTES:

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA, com sede na Praça WILSON ELOY PIMENTA, Nº 516, CENTRO, inscrita no CNPJ sob o nº 25.066 945.0001-37 doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Bruno Vicente da Silva, brasileiro, casado, CI nº -----, e CPF sob o nº -----, residente e domiciliado nesta cidade, a seguir denominado simplesmente CONTRATANTE;

CONTRATADA: -----, inscrita no CNPJ nº -----, estabelecida na Rua -----, neste ato representado pelo Sr. -----, portador da Carteira de Identidade Civil nº 1-----, inscrito no CPF/MF sob o nº -----, doravante denominada simplesmente CONTRATADA;

FUNDAMENTO LEGAL

O presente Contrato é celebrado em decorrência da autorização do Presidente da Câmara Municipal, Sr. Bruno Vicente da Silva, conforme consta no Processo Licitatório nº XXXXX, gerado pelo Pregão Eletrônico nº 003/2024, que faz parte integrante e complementar deste Contrato, regido pelas cláusulas e condições nele contidas, pela Lei 14.133/2021, e demais normas legais pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 -É objeto do presente contrato é a aquisição de Gêneros Alimentícios, Materiais de higiene e limpeza em geral, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Piracanjuba, de acordo com as condições do Termo de Referência, anexo ao Edital.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
TOTAL DO FORNECEDOR					R\$.....	

CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE:

2.1 – Todos os casos omissos no presente contrato e que por ventura venham a surgir no decorrer do desenvolvimento dos trabalhos aqui estipulados, deverão ser resolvidos de acordo com a Lei 14.133/22 e subsidiariamente, o Código Civil.

2.2 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei 14.133/2021 são obrigações da CONTRATADA:

2.2.1- A CONTRATADA se obriga a cumprir todas as exigências mínimas do Termo de Referência, e fornecer os produtos conforme especificado neste instrumento contratual.

2.2.2 - Será de responsabilidade da contratada, todas as despesas em sua totalidade, e ainda as com tributos fiscais trabalhistas e sociais, que incidam ou venham a incidir, diretamente ou indiretamente sobre o objeto contratado.

2.2.3 - Acatar as exigências da CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA quanto aos produtos, objeto da presente licitação.

2.2.4 – Os bens deverão ser entregues, conforme demanda, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, ou diante de justificativas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da solicitação do servidor responsável, na sede da Câmara Municipal de Piracanjuba, localizada na Praça Wilson Eloy Pimenta, nº 516, Centro, Piracanjuba/Go, dentro do horário de expediente, de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h.

2.3 - Obrigação da Contratante:

2.3.1 -. Realizar o pagamento em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação de Nota fiscal devidamente atestada.



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

2.3.2 - Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato.

2.3.3 - Notificar a CONTRATADA por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

2.3.4 - Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor do presente contrato é de R\$......(.....), fixo.

3.2. No valor pactuado estão inclusos todos os tributos e, ou encargos sociais, resultantes da operação adjudicatória concluída, inclusive despesas com fretes e outros.

3.3 – O pagamento será efetuado mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal devidamente atestada.

3.4 - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela licitante/vencedor contratada, obrigatoriamente com o mesmo número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho;

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE:

4.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

4.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

5.1 - No caso de alteração prevista no [inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021](#), o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

5.2 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços, caso ocorra o desequilíbrio econômico financeiro do Contrato, conforme disposto no Art. 124, II, alínea “d” da Lei 14.133/2021.

5.2.1 – Caso ocorra variação nos preços, a contratada deverá solicitar formalmente à Contratante, devidamente acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

5.2.2 – Após recebida a solicitação de que trata o item anterior, a Contratante terá o prazo de 10 dias úteis para deliberar sobre o pedido.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 12 meses, ou seja de _____ até _____ de _____ de 2025, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes e nos termos da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – RECURSO ORÇAMENTÁRIO:



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

7.1. As despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão a cargo da seguinte dotação orçamentária:

11.01.01.031.0107.2102 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal Ficha: 11

Elemento de Despesa: 3.3.90.30 – Materiais de Consumo;

Sub-Elemento: 21 – Material de copa e cozinha;

Sub-Elemento: 22 – Material de limpeza e produção de higienização

Sub-Elemento: 07 – Gêneros Alimentícios;

Sub-Elemento: 04 – Gas engarrafado

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS PENALIDADES:

7.1- A Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

7.1.1 - Advertência, no caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.1.2 - Multa, no percentual compreendido entre 0,5% e 30% do valor do contrato, que poderá ser cumulada com a advertência, o impedimento ou a declaração de inidoneidade de licitar ou de contratar.

7.1.3 - Impedimento de licitar e de contratar com a Contratante, pelo prazo de até 3 (três) anos, nas seguintes hipóteses:

7.1.3.1 - Dar causa à inexecução total do contrato;

7.1.3.2 - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

7.1.3.3 - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

7.1.3.4 - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta.

7.1.3.5 - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

7.1.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com qualquer órgão da Administração Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, direta ou indireta, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, nas seguintes situações:

7.1.4.1 - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

7.1.4.2 - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.4.3 - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.4.4 - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

7.1.4.5 - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2 - Na aplicação das sanções serão considerados:

7.2.1 - A natureza e a gravidade da infração cometida.

7.2.2 - As peculiaridades do caso concreto;

7.2.3 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.2.4 - Os danos que dela provierem para a Contratante;

7.2.5 - A implementação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.3 - Na aplicação das sanções previstas nesta cláusula, será oportunizado à Contratada defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da sua intimação.

7.4 - A aplicação das sanções de impedimento e de declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão designada pela Contratante composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de intimação, apresentar defesa escrita ou especificar as provas que pretende produzir.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXTINÇÃO

8.1 - As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

A extinção do contrato poderá ser:

8.1.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da Contratante, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta.

8.1.2 - Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse da Contratante.

8.1.3 - Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

8.1.4 – Se a extinção decorrer de culpa exclusiva da Contratante, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, nos termos do art. 138, §2º da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

9.1. O extrato do presente contrato deverá ser publicado no placar da Câmara municipal, no Endereço eletrônico, www.camaradepiracanjuba.go.gov.br e no Portal Nacional de Compras Públicas, no endereço <https://www.gov.br/pncp/>, que é condição indispensável para sua eficácia.



Estado de Goiás

Câmara Municipal de Piracanjuba

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO DO CONTRATO:

10.1 - Fica designado Gestor do presente contrato o Servidor Leandro de Almeida Silva, Auxiliar de Serviços Gerais Pesado da Câmara Municipal de Piracanjuba - GO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Piracanjuba, para dirimir as questões derivadas deste Contrato.

E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA – GO AOS
_____ de _____ de 2024.

BRUNO VICENTE DA SILVA

Presidente da Câmara

Contratante

Contratada

TESTEMUNHAS:

1ª)

2ª)

CPF Nº:

CPF Nº: